



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Ata nº 002/2019

Ata de Reunião Ordinária do **Comitê Gestor Regional do e-Gestão**, realizada em 11 de fevereiro de 2019.

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2019, às 10h, no sala Multiuso no 8º andar do prédio sede do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, na Rua Visconde de Porto Alegre, nº 1265, Praça 14 de Janeiro, reuniram-se, sob a presidência da Desembargadora do Trabalho Coordenadora do Núcleo de Apoio ao PJe e eGestão Márcia Nunes da Silva Bessa, os integrantes do **Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão**: Nereida Martins Lacerda (Representante da 2ª instância), Mônica Lopes Sobreira Leite (Diretora da Assessoria de Gestão Estratégica), Carlos Augusto da Silva (Chefe da Seção de Estatística e Pesquisa), Ricardo Henrique Alves de Carvalho (Chefe do Núcleo de Apoio ao PJE e e-Gestão), Davi da Silva Lima (representante da SETIC), Rejane de Aragão Oliveira (representante da Corregedoria-Regional), Gabriela Maria Aragão Nery (Diretora da Secretaria-Geral Judiciária, em substituição), André Fabiano Santos Pereira (Diretor da SETIC), Maria do Socorro Chaves de Sá Ribeiro (Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas), Dra Edna Maria Fernandes Barbosa (Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional), Des. Ruth Barbosa Sampaio (Corregedora Regional do Trabalho), Des. Joicilene Jerônimo Portela Freire (Desembargadora do Trabalho do TRT da 11ª Região) As ausências foram devidamente justificadas. Após a apresentação da pauta e da discussão de seus temas, foram realizadas as seguintes considerações e deliberações: 1. **Limpeza Operacional da Base de Dados Oracle** - o Chefe da Seção de Estatística, Carlos Augusto, apresentou o estudo técnico/planejamento para a "limpeza" da base de dados Oracle com o intuito de agilizar as remessas do e-Gestão. Informou inicialmente que o TRT11 possui disponível a versão 11 Oracle e a que estamos utilizando a versão 10.2 Oracle. A proposta é manter os dois bancos de dados - o Oracle 10.2 e o Oracle 11. O Oracle com a versão 10.2 será utilizado apenas para a geração das remessas e-Gestão e a versão Oracle 11 servirá para consultas locais fazendo uso de índices. Dessa forma, teremos uma remessa mais ágil dos dados e-Gestão e maior performance nas consultas à base de dados. Inicialmente, será realizada a migração dos dados da versão Oracle 10.2 para a 11. Nesta migração será realizada a "limpeza"



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

dos dados, ou seja, serão migradas apenas as remessas validadas, ressaltando que antes da migração haverá um backup total de todas as remessas (válidas ou não). Dessa forma, o Comitê deliberou de forma unânime pela utilização das duas bases de dados nos moldes sugeridos pela equipe AGExNAPExSETIC. **2. Correição Ordinária no TRT11 - Resposta aos questionamentos solicitados pela Corregedoria Geral do CSJT em relação a utilização do e-Gestão no Tribunal Regional.** O Chefe do NAPE, Ricardo Carvalho, informou que o NAPE recebeu ESAP 47/2019 da Presidência, solicitando resposta para os seguintes questionamentos: 2.1. O e-Gestão é efetivamente utilizado pelo Tribunal Regional em sua administração judiciária? De que maneira os dados coletados no e-Gestão são aproveitados para o aprimoramento da atividade jurisdicional? 2.3. Há críticas ou sugestões em relação às informações disponíveis no e-Gestão? 7.11. O Tribunal observa a recomendação nº 39/2012 do CNJ? A Des Márcia, coordenadora do NAPE, sugeriu que para uma melhor análise dos itens 2.1 e 2.3 fossem coletadas respostas de todos os setores que utilizam o e-Gestão nesse Regional. Já o questionamento 7.11 é de responsabilidade da Seção de Precatórios do Tribunal - Secretaria Geral Judiciária. Diante do exposto, o Comitê deliberou por encaminhar para as Varas do Trabalho, Gabinetes e Diretorias Geral, de Pessoas, Gestão Estratégica, Secretaria Judiciária e Tecnologia da Informação e-mail com os questionamentos 2.1 e 2.3 para serem respondidos até o dia 15/02/2019 e que no dia 19/02/2019 o Comitê reunir-se-á extraordinariamente para consolidar as informações/respostas dos questionamentos para atender a demanda do ESAP 47/2019. Quanto ao questionamento 7.11 a Diretora da Secretaria-Geral Judiciária, Gabriela Aragão, informou que irá respondê-lo. **3. Processo 00002-46.2017.5.11.0000 físico/legado foi autuado com data 201-02-07 e finalizado em 11-04-2018 representando um prazo de 663.709 impactando cumprimento da meta CNJ.** O Chefe do NAPE, Ricardo Carvalho, informou que há um processo do APT, que quando o usuário foi cadastrar, autuou com data de 201.02.07 em vez de 07.02.2017, e quando o processo foi julgado, contabilizou com prazo de 663.709 dias, impactando negativamente no cumprimento da meta do CNJ. Davi da Silva Lima, representante da SETIC, informou que a data foi modificada manualmente no APT e o Comitê deliberou por unanimidade que seja regerada a remessa de abril de 2018. **4. Processos Suspeitos.** O Chefe do NAPE, Ricardo Carvalho, informou que o e-Gestão possui um relatório que disponibiliza uma lista de processos considerados suspeitos e que foi analisado o relatório mês de referência janeiro/2019 e identificou-se que o 2º grau possui um total de 22 processos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

suspeitos A (Processos informados em mais de uma parcela pendentes de julgamento), 0 processo suspeito B (Processos informados mais de uma vez na mesma parcela), 28 processos suspeitos C (Processos informados nas parcelas e não informados nos pendentes de julgamento) e 862 processos suspeitos D (Processos informados nos pendentes de julgamento e não informados nas parcelas) e que o 1º Grau contém apenas 1 processo. Ressaltou-se que em análise prévia, verificou-se que os processos suspeitos A trata-se de erro de validação do eGestão, pois um processo pode perfeitamente estar Pendente com o relator – no prazo – recursos (item 92.159) e também pendente em diligência (item 92.201), bem como Pendente de conclusão com o relator (item 92.145) e Pendente de manifestação do MPT (item 92.134) ao mesmo tempo, informou ainda que existe uma divergência entre a Regra de Negócios (item 92.134) e o Sistema Pje, pois o membro do MPT ao emitir seu parecer é gerado o tipo de documento "Parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT)", e esse tipo de documento não está contemplado pela Regra de negócios 92.134 do manual e-Gestão utilizado atualmente, somente será contemplado na Regra de Negócios 92.130 do novo egestão 2.0 wiki, cuja a implantação ainda não está efetivada, conforme Issue EG 2542. Quanto aos Processos Suspeitos D constatou-se que 65% deles (550 processos) constam na parcela Incluídos em Pauta (item 92.186) não devendo estar relacionados como suspeitos. O Comitê deliberou que seja aberto um JIRA para relatar a situação constatada para que seja revisto a apuração dos processos Suspeitos em 2º grau, pois a suspeição apontada se trata de erros da própria validação realizada pelo e-Gestão. **5. Processos com prazo vencido no 2º Grau.** O Chefe do NAPE, Ricardo Carvalho, apresentou os resultados informando os Gabinetes que se manifestaram a respeito dos seus respectivos processos com prazo vencido e as correções realizadas nas movimentações Pje, devendo ser verificado na próxima remessa eGestão se os processos foram retirados dos relatórios de pendências. **6. Extrator SIGEP.** A Des. Márcia Nunes questionou a respeito do extrator do SIGEP e enfatizou que o termo final para migração total para o Sistema SIGEP é dia 28.02.2019. A Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Maria do Socorro, informou que a SGPEs está recebendo várias planilhas contendo erros de extração mas que está sendo difícil de analisá-las, pois estão chegando muito brutas, ou seja, com erros que são nítidos, fáceis de serem detectados pelos desenvolvedores do extrator tais como: gabinetes sem servidores cadastrados, varas sem função comissionada cadastrada, etc. que os desenvolvedores do extrator devem refinar os “erros” encontrados para que a SGPEs possa ajudar na correção destes.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

Propõe que seja mudada a estratégia, para que quando seja rodado o extrator do SIGEP, haja uma comparação prévia com o que é gerado no Mentor RH, porque os itens são os mesmos. Relatou, ademais, que no momento tudo é lançado nos dois sistemas (SIGEP e Mentor RH), tornando o processo lento. O Comitê deliberou que houvesse uma maior interação entre a SETIC e a Gestão de Pessoas, devendo a SETIC refinar os dados extraídos antes de encaminhá-los à SGPES. Não havendo mais nada a tratar, declarou-se encerrada a reunião às 14h40min. Eu, Micheline Elga Pessoa de Melo, a tudo presente, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por quem de direito.

MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA

Desembargadora e Coordenadora do Núcleo de Apoio ao PJe e e-Gestão

JOICILENE JERÔNIMO PORTELA FREIRE

Desembargadora do Trabalho do TRT da 11ª Região

EDNA MARIA FERNANDES BARBOSA

Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional

RUTH BARBOSA SAMPAIO

Desembargadora e Corregedora Regional do TRT da 11ª Região

MÔNICA LOPES SOBREIRA LEITE

Diretora da Assessoria de Gestão Estratégica

Edna Maria Fernandes Barbosa
7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

CARLOS AUGUSTO DA SILVA
Chefe da Seção de Estatística e Pesquisa

RICARDO HENRIQUE ALVES DE CARVALHO
Chefe do Núcleo de Apoio ao PJE e e-Gestão

MARIA DO SOCORRO CHAVES DE SÁ RIBEIRO
Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

REJANE DE ARAGÃO OLIVEIRA
Representante da Corregedoria Regional

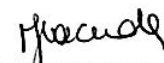
DAVI DA SILVA LIMA
Representante da SETIC

GABRIELA MARIA ARAGÃO NERY
Diretora da Secretaria-Geral Judiciária, em substituição



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO


ANDRÉ FABIANO SANTOS PEREIRA
Diretor da SETIC


NEREIDA MARTINS LACERDA
Representante da 2ª instância